



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO N.º 21/2014

Disponibilização: 20 de outubro de 2014

Período abrangido: 06 a 17 de outubro de 2014

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL**
- 2. AGRICULTURA/FLORESTAS/CAÇA E PESCAS**
 - *Florestas*
 - *Pescas*
- 3. AMBIENTE**
- 4. EMPRESAS**
- 5. EMPREGO**
- 6. ENERGIA**
- 7. FINANÇAS**
 - *Contribuições e Impostos*
- 8. HABITAÇÃO**
- 9. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO**
- 10. JUSTIÇA**
- 11. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**
 - *Cooperação*
 - *QUESTÕES CONSULARES*



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



12. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **Madeira**

13. SEGURANÇA SOCIAL

14. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

15. TURISMO E LAZER



1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Portaria n.º 209/2014 de 13 de outubro

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças)

Regulamenta o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local

Portaria n.º 214/2014 de 16 de outubro

(Ministério da Administração Interna)

Define as condições de atribuição de competências às câmaras municipais para processar e aplicar sanções nos processos contraordenacionais rodoviários por infrações ao trânsito de veículos pesados de mercadorias ou conjunto de veículos nas vias públicas sob jurisdição municipal

2. AGRICULTURA, FLORESTAS, CAÇA E PESCAS

• FLORESTAS

Portaria n.º 204/2014 de 08 de outubro

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura e do Mar)

Aprova o Regulamento do módulo relativo ao regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais do Sistema Integrado de Informação Para a Conservação da Natureza e Florestas

• PESCAS

Portaria n.º 205/2014 de 08 de outubro

(Ministérios das Finanças e da Agricultura e do Mar)

Aprova a lista de equipamentos utilizados na atividade aquícola autorizados a consumir gasóleo colorido e marcado

• VITIVINICULTURA

Portaria n.º 211/2014 - Diário da República n.º 198/2014, Série I de 2014-10-14

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Define as normas aplicáveis à prestação vínica na campanha vitivinícola de 2014-2015



3. AMBIENTE

Despacho n.º 12571/2014 de 14 de outubro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Cria o Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020 (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos)

4. EMPRESAS

Decreto-Lei n.º 146/2014 de 09 de outubro

(Ministério da Administração Interna)

Estabelece as condições em que as empresas privadas concessionárias de estacionamento sujeito ao pagamento de taxa em vias sob jurisdição municipal podem exercer a atividade de fiscalização do estacionamento nas zonas que lhes estão concessionadas

5. EMPREGO

Parecer n.º 9/2014 de 06 de outubro

(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Acordos coletivos de entidade empregadora pública (ACEEP). Legitimidade para a sua celebração. Autarquias locais. Princípio da autonomia local. Direito de contratação coletiva. Negociação coletiva

6. ENERGIA

Portaria n.º 208/2014 de 10 de outubro

(Ministério das Finanças)

Aprova o modelo oficial da declaração da contribuição extraordinária sobre o setor energético (declaração modelo 27), bem como as respetivas instruções de preenchimento

Despacho n.º 12526/2014 de 13 de outubro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Prorrogado até 31 de dezembro de 2015 o prazo para a realização da Campanha de Informação e Esclarecimento aos Consumidores de Eletricidade e de Gás Natural



[Portaria n.º 212-A/2014 de 14 de outubro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Primeira alteração à Portaria n.º 332/2012, de 22 de outubro que estabelece os critérios para a repercussão diferenciada dos custos decorrentes de medidas de política energética, de sustentabilidade ou de interesse económico geral na tarifa de uso global do sistema aplicável às atividades do Sistema Elétrico Nacional

7. FINANÇAS

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[Portaria n.º 206/2014 - Diário da República n.º 194/2014, Série I de 2014-10-08](#)

(Ministérios das Finanças e da Agricultura e do Mar)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 117-A/2008, de 8 de fevereiro, que regulamenta as formalidades e os procedimentos aplicáveis ao reconhecimento e controlo das isenções e das taxas reduzidas do Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)

8. HABITAÇÃO

[Aviso n.º 11343/2014 de 13 de outubro](#)

(Ministério da Economia)

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro

9. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

[Decreto-Lei n.º 148/2014 de 09 de outubro](#)

(Ministério da Economia)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de agosto, estabelecendo o período até ao qual podem ser adotadas decisões de concessão de apoios em conformidade com as normas europeias da concorrência em matéria de auxílios de Estado

[Portaria n.º 213/2014 de 15 de outubro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Regulamenta o apoio financeiro a projetos de modernização da gestão autárquica



10. JUSTIÇA

Acórdão do Tribunal de Contas n.º 1/2014, de 07 de outubro

(Tribunal de Contas)

Fixa a jurisprudência no sentido de que a citação é causa de interrupção da prescrição do procedimento por responsabilidades financeiras sancionatórias

Decreto-Lei n.º 150/2014 de 13 de outubro

(Ministério da Justiça)

Clarifica o regime aplicável à prática de atos processuais enquanto se mantiverem os constrangimentos ao acesso e utilização do sistema informático de suporte à atividade dos tribunais (CITIUS)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 3/2014 de 15 de outubro

(Supremo Tribunal Administrativo)

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: I - Só é possível a convalidação do requerimento de interposição de um recurso em reclamação para a conferência se o requerimento tiver dado entrada dentro do prazo da reclamação. II - A circunstância de ter havido alguma prática jurisprudencial dos TCAs admitindo recurso em vez de reclamação, nos casos a que se referem os artigos 40.º, 3, do ETAF e 27.º, 2, do CPTA, não justifica modificar o entendimento referido em I, dado que (i) tal prática não era exata (como veio a decidir-se em acórdão uniformizador de jurisprudência n.º 3/2012, DR, 1.ª série, 182, de 19-9-2012) (ii) não era uniforme pois contrariava a jurisprudência do STA (acórdão de 19-10-2010, proc. 0542/10) e (iii) não tratava de modo igual os interesses da parte ao trânsito em julgado de decisão favorável e o interesse da parte contrária a ver admitida a reclamação para além desse prazo

11. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto Regulamentar n.º 4/2014 de 14 de outubro

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Estabelece a composição, as competências e o funcionamento da Comissão Interministerial de Política Externa

• COOPERAÇÃO

Aviso n.º 11399/2014 de 14 de outubro

(Ministério da Economia)



Realização, nos dias 27 e 28 de outubro de 2014, de consultas aeronáuticas entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, com vista à discussão de matérias no âmbito do Acordo sobre Transporte Aéreo existente entre os dois países

- **QUESTÕES CONSULARES**

Despacho (extrato) n.º 12482/2014 de 10 de outubro

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Criação do Consulado Honorário de Portugal em Palm Coast

Despacho (extrato) n.º 12608/2014 de 15 de outubro

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Criação do consulado honorário de Portugal em Cali

12. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

Decreto Legislativo Regional n.º 17/2014/A de 06 de outubro

(Região Autónoma dos Açores)

Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2015 a 2018

Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2014/A de 10 de outubro

(Região Autónoma dos Açores)

Regulamenta o Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo

- **MADEIRA**

Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2014/M de 13 de março

(Região Autónoma da Madeira)

Determina o carácter não vinculativo dos pareceres das Direções Regionais

13. SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 145/2014 de 08 de outubro

(Ministério das Finanças)



Clarifica o modo de contagem do tempo de serviço relevante para as pensões de reforma e de sobrevivência a atribuir após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 88/2012, de 11 de abril

14. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

Decreto-Lei n.º 147/2014 de 09 de outubro

(Ministério da Economia)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 60/2010, de 8 de junho, transpondo a Diretiva n.º 2011/76/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de setembro de 2011, relativa à aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infraestruturas

Decreto-Lei n.º 151/2014 de 13 de outubro

(Ministério da Economia)

Altera os Decretos-Leis n.º 270/2003, de 28 de outubro, n.º 394/2007, de 31 de dezembro, e n.º 70/2012, de 21 de março, relativos ao transporte ferroviário, que operaram a transposição da Diretiva n.º 2004/49/CE

15. TURISMO E LAZER

Decreto-Lei n.º 149/2014 de 10 de outubro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Aprova o Regulamento das Embarcações Utilizadas na Atividade Marítimo-Turística